



NEOENERGIA MORRO DO CHAPÉU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.438.834/0001-00 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

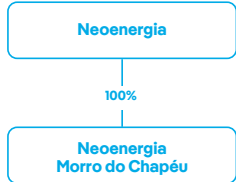
Prezados Acionistas, Ao apresentar os resultados de 2023, a Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA MORRO DO CHAPÉU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão De Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2023, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 17 de dezembro de 2020, a Companhia venceu o leilão ANEEL 01/2020, adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no Estado da Bahia, composta pela Linha de Transmissão Morro do Chapéu II - Poçoões III, em 500kV, primeiro circuito simples, com origem na Subestação Morro do Chapéu II e término na Subestação Poçoões III; Linha de Transmissão Poçoões III - Medeiros Neto II, em 500kV, primeiro circuito simples, com origem na Subestação Poçoões III e término na Subestação Medeiros Neto II; Linha de Transmissão Medeiros Neto II - João Neiva II, em 500kV, primeiro circuito simples, com origem na Subestação Medeiros Neto II e término na Subestação João Neiva II; Linha de Transmissão Medeiros Neto II - Teixeira de Freitas II, em 230kV, primeiro e segundo circuitos duplo, com origem na Subestação Medeiros Neto II e término na Subestação Teixeira de Freitas II; Subestação Medeiros Neto II em 500/230kV, com Compensador Sincrono 500kV (-180/+300MVar). A Companhia está em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a ANEEL para março de 2026. A Receita Anual Permitida (RAP) prevista é de R\$159.693 (data de referência: maio de 2020), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da data de assinatura do contrato de concessão, datado de 31/03/2022.

3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em construção

Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas					
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 KV Medeiros Neto II - João Neiva 2 C1	1	500kV	359	31/03/2026	
LT 500 KV Poçoões III - Medeiros Neto II C1	1	500kV	329	31/03/2026	31/03/2056
LT 230KV Medeiros Neto II - Teixeira de Freitas II C1/C2 CD	1	500kV	283	31/03/2026	
LT 500 KV Morro do Chapéu II - Poçoões III C1	2	230kV	60	31/03/2026	

3.2. Subestação em construção

Projeto de Subestação - Características Físicas				
Subestação	Tensão (kV)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga	
SE Medeiros Neto II - Compensador Sincrono 500kV (-180/+300MVar)	500kV	31/03/2026	31/03/2056	

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos				
Linha de Transmissão/Subestação	Evolução Física em 31/12/2022	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2022 (R\$ Mil)	Evolução Física em 31/12/2023	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2023 (R\$ Mil)
LT 500 KV Medeiros Neto II - João Neiva 2 C1				
LT 500 KV Poçoões III - Medeiros Neto II C1				
LT 230KV Medeiros Neto II - Teixeira de Freitas II C1/C2 CD	9%	531.774	71%	1.191.570
LT 500 KV Morro do Chapéu II - Poçoões III C1				
SE Medeiros Neto II - Compensador Sincrono 500kV (-180/+300MVar)				

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP - receita anual permitida é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R\$159.693.300,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

Linhas de Transmissão e Subestações em construção - Características Financeiras						
Linha de Transmissão e Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	RAP Proporcional (R\$ mil)	Ano de Degradação RAP	Mês de ajuste	Índice de Correção
LT 500 KV Medeiros Neto II - João Neiva 2 C1		38.231	38.231			
LT 500 KV Poçoões III - Medeiros Neto II C1		43.964	43.964			
LT 230KV Medeiros Neto II - Teixeira de Freitas II C1/C2 CD	100%	9.901	9.901	2026	Junho	IPCA
LT 500 KV Morro do Chapéu II - Poçoões III C1		49.728	49.728			
SE Medeiros Neto II - Compensador Sincrono 500kV (-180/+300MVar)		17.870	17.870			

* A RAP da Companhia é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que a obra for completamente finalizada

Linhas de Transmissão e Subestações em construção - Características Financeiras						
Linha de Transmissão e Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	RAP Proporcional (R\$ mil)	Ano de Degradação RAP	Mês de ajuste	Índice de Correção
LT 500 KV Medeiros Neto II - João Neiva 2 C1		38.231	38.231			
LT 500 KV Poçoões III - Medeiros Neto II C1		43.964	43.964			
LT 230KV Medeiros Neto II - Teixeira de Freitas II C1/C2 CD	100%	9.901	9.901	2026	Junho	IPCA
LT 500 KV Morro do Chapéu II - Poçoões III C1		49.728	49.728			
SE Medeiros Neto II - Compensador Sincrono 500kV (-180/+300MVar)		17.870	17.870			

* A RAP da Companhia é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que a obra for completamente finalizada

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

6.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2023	2022	Variação	
			R\$	%
Receita líquida	1.440.863	660.790	780.073	118%
MARGEM BRUTA	1.440.863	660.790	780.073	118%
Custos de construção	(1.191.570)	(531.774)	(659.796)	124%
Custos dos serviços	(415)	(726)	311	(43%)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(996)	(626)	(370)	59%
= Despesa Operacional	(1.192.981)	(533.126)	(659.855)	124%
EBITDA	247.882	127.664	120.218	94%
Resultado Financeiro	(59.631)	327	(59.958)	(18.336%)
IR/CS	(64.003)	(43.518)	(20.485)	47%
LUCRO LÍQUIDO	124.248	84.473	39.775	47%

A margem bruta e as despesas operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 1.440.863 mil, 118% vs. 2022 e -R\$ 1.192.981 mil, 124% vs. 2022, respectivamente, explicadas pela evolução da obra ao longo de 2023.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 247.882 mil, aumento de 94%, em relação ao ano de 2022.

O resultado financeiro negativo em R\$ 59.631 mil em 2023 (R\$ 327 em 2022) impactado pelo aumento de encargos financeiros sobre dívida, reflexo da captação que ocorreu ao longo de 2023.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2023 de R\$ 124.248 mil, aumento de 47% em relação ao ano anterior.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2023, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 873.931 mil (dívida líquida R\$ 963.741 mil).

Em dezembro de 2023, a Companhia contava com 100% da dívida bruta contabilizada no curto prazo.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Morro do Chapéu, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Morro do Chapéu e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Morro do Chapéu.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Morro do Chapéu sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	3	1.440.863	660.790
Custos		(1.191.985)	(532.500)
Custos de construção	4	(1.191.570)	(531.774)
Custos dos serviços	5	(415)	(726)
Lucro bruto		248.878	128.290
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(996)	(626)
Lucro operacional		247.882	127.664
Resultado financeiro		(59.631)	327
Receitas financeiras	6	21.641	405
Despesas financeiras	6	(31.360)	(40)
Outros resultados financeiros, líquidos	6	(49.912)	(38)
Lucro antes dos tributos		188.251	127.991
Tributos sobre o lucro		(64.003)	(43.518)
Diferido	7.1.1	(64.003)	(43.518)
Lucro líquido do exercício		124.248	84.473
Lucro básico e diluído por ação do capital - R\$	14.2	0,16	0,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	124.248	84.473
Ajustado por:		
Tributos sobre o lucro	64.003	43.518
Resultado financeiro, líquido	59.631	(327)
Variações de ativos e passivos:		
Concessão serviço público (ativo contratual)	(1.569.249)	(721.140)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros e operações de desconto de título	(277.132)	346.921
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(59)	1.210
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	151.913	68.891
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(18.473)	(1.962)
Outros ativos e passivos, líquidos	(8.127)	(9.857)
Caixa líquido consumido nas operações	(1.473.245)	(188.273)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos		(1.607)
Rendimentos de aplicações financeiras	22.102	265
Tributos sobre o lucro pagos	(14)	-
Caixa consumido nas atividades operacionais	(1.451.157)	(189.615)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(839)	-
Caixa consumido nas atividades de investimento	(839)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	900.000	-
Integralização de capital	502.954	189.500
Mútuos recebidos (aplicados)	61.236	-
Caixa gerado nas atividades de financiamento	1.464.190	189.500
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	12.194	(115)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	942	1.057
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.156	942
Transações que não envolvem caixa:		
Adições e reversões, líquidos e atualizações de provisões capitalizadas	18.479	2.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	13.136	942
Tributos sobre o lucro a recuperar		5.046	61
Outros tributos a recuperar		11.996	158
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	177.143	25.842
Adiantamento a fornecedores		35.108	7.534
Outros ativos		926	4.441
Total do circulante		243.355	38.978
Não circulante			
Tributos sobre o lucro a recuperar		128	-
Depósitos judiciais	12.1b	20.435	1.962
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	2.234.067	797.640
Imobilizado		839	-
Total do não circulante		2.255.469	799.602
Total do ativo		2.498.824	838.580
Passivo			
Circulante			
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	10	74.506	351.418
Empréstimos e financiamentos	11	873.931	-
Instrumentos financeiros derivativos	11.3	102.946	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		1.806	1.865
Outros tributos a recolher	7.2	29.437	1.975
Contas a pagar de operações de mútuo	13	61.236	-
Outros passivos		843	155
Total do circulante		1.144.705	355.413
Não circulante			
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	113.074	49.627
Outros tributos a recolher	7.2	223.037	76.172
Provisões	12	21.074	2.595
Outros passivos		17.857	1.819
Total do não circulante		375.042	130.213
Patrimônio líquido			
Atribuído ao acionista da Companhia	14	979.077	352.954
Total do patrimônio líquido		979.077	352.954
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.498.824	838.580

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. **Risco de preço de commodities:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. **Commodities metálicas:** variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, nos contratos com fornecedores e no pagamento maior de Capex implicando em aumento indesejado da dívida da Companhia. **1.1.3. Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por falta de planejamento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. **1.1.4. Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez. **1.1.5. Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2023.

Rating	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA

1.2. Seguros: A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:



de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas às estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.a. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
7.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
9	Concessão do serviço público (ativo contratual)
12	Provisão para processos judiciais
15.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência em 2023:

Em 2023, não houve nenhuma alteração e/ou adoção de novas normas e interpretações que trouxessem impactos relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia

b) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 2024

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos dois meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, <i>Reverse factoring</i> , <i>Confirming e/</i> ou semelhantes, que envolvam as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento ou postergação prazo de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2023	2022
Construção de infraestrutura da concessão	1.448.992	709.383
Remuneração do ativo contratual	138.736	18.760
Receita operacional bruta	1.587.728	728.143
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(146.865)	(67.353)
Receita operacional líquida	1.440.863	660.790

3.1. Deduções da receita bruta

	2023	2022
Tributos		
PIS e COFINS - diferidos	(146.865)	(67.353)
Total	(146.865)	(67.353)

3.2. Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (Veja nota 9 para mais informações). A Receita Anual Permissão (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 2022, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13%a.a. e 18%a.a. nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8%a.a. e 11%a.a.

4. CUSTOS DE CONSTRUÇÃO

	2023	2022
Pessoal e benefícios a empregados	(8.575)	(100.842)
Material	(760.101)	(263.364)
Serviços de terceiros	(384.352)	(73.776)
Outros	(38.542)	(93.792)
Total	(1.191.570)	(531.774)

5. CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Custos dos serviços	(407)	(675)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(5)	(283)
Total	(415)	(956)

	2023	2022
Pessoal e benefícios a empregados	(726)	(1.208)
Serviços de terceiros	-	(140)
Impostos, taxas e contribuições	-	(1)
Outras receitas e despesas, líquidas	-	(3)
Total	(726)	(1.352)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	22.102	265
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.056)	(20)
Outras receitas financeiras	595	160
Total	21.641	405
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(29.971)	-
Encargos sobre mútuo	(89)	-
IOF	(1.149)	-
Outras despesas financeiras	(151)	(40)
Total	(31.360)	(40)

	2023	2022
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	(106)	-
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	51.725	-
Perdas com instrumentos financeiros derivativos - Nota 11.3.b	(140.753)	-
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos - Nota 11.3.b	39.442	-
Perdas com variações cambiais e monetárias	(229)	(39)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	9	-
Total	(49.912)	(38)
Resultado financeiro, líquido	(59.631)	327

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") - e, são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos ("25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	188.251	127.991
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(64.005)	(43.517)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Outras adições (reversões) permanentes	2	-
Tributos sobre o lucro	(64.003)	(43.518)
Alíquota efetiva	34%	34%
Diferido	(64.003)	(43.518)

7.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos

	IR/CSLL	2023	2022
Ativo			
Provisão para participação nos lucros e resultados		215	240
Prejuízo fiscal e base negativa		20.840	136
Outros		664	29
Total diferenças temporárias - ativo		21.719	405
Passivo			
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato		(134.793)	(50.032)
Total diferenças temporárias - passivo		(134.793)	(50.032)
Tributos sobre o lucro diferidos, líquido		(113.074)	(49.627)

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	(49.627)	(5.045)
Efeitos reconhecidos no resultado	(64.003)	(43.518)
Efeitos reconhecidos no resultado abrangente	556	(1.064)
Saldo final do exercício	(113.074)	(49.627)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	Entre 2028 e 2031	777
Ativo fiscal diferido, líquidos		

7.1.3. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2. Outros tributos a recolher**

	2023	2022
Programa de Integração Social - PIS ^(b)	39.786	13.589
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS ^(b)	183.261	62.591
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	20.126	415
Outros	9.301	1.552
Total outros tributos a recolher	252.474	78.147
Circulante	29.437	1.975
Não circulante	223.037	76.172

^(b) Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	132	67
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	10.712	870
Fundos de investimento	2.292	5
Total	13.136	942

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2023 é de 100,5% (100,3% em 31 de dezembro de 2022) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2023	2022
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	2.292	5
Total	2.292	5

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operando-se a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2023	2022
Saldo do ativo contratual	2.411.210	823.482
Circulante	177.143	25.842
Não circulante	2.234.067	797.640

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	823.482	95.339
Construção da infraestrutura da concessão	1.448.992	709.383
Remuneração do ativo contratual	138.736	18.760
Saldo final do exercício	2.411.210	823.482

9.1. Política contábil: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo, com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permissão (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Esses recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a conta a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

10. FORNECEDORES, CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS E CONTRATOS DE CONVÊNIO

	2023	2022
Material e serviços	74.506	351.418
Total	74.506	351.418
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	74.506	85.020
Operações de desconto de títulos	-	266.398

10.1. Operações de desconto de título ou Risco Sacado: Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ("passivo original"), não havendo postergação substancial de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas substancialmente as características qualitativas e quantitativas do passivo financeiro original (Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros), a Companhia reconhece um novo passivo financeiro ("Empréstimos e financiamentos"), e reconhece eventual ganho/perda no resultado do exercício. Se o passivo original não foi substancialmente modificado e a contraparte recebedora do pagamento foi alterada, a Companhia reconhece um novo passivo financeiro ("Obrigações a pagar de contratos de convênio"). As cessões dos títulos que não alteram substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor são classificadas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional ou de investimento, a depender substancialmente da natureza do produto ou serviço adquirido. (b) Estimativas e julgamentos críticos: Para determinar se houve alteração substancial nas características qualitativas a Companhia avalia, principalmente, eventuais modificações nas garantias contratuais e/ou inclusão de cláusulas de default usualmente observadas em contratos de dívidas. No tocante as características quantitativas a Companhia avalia se houve modificação do prazo de pagamento superior a 3 (três) vezes o prazo usual negociado para fornecedores da mesma categoria e se houve alteração maior do que 10% no valor justo do passivo em relação às condições originais.

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

11.1. Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor ao seu acionista, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2023	2022
Contrato de convênio	-	351.418
Total	-	351.418
Circulante	-	351.418
Prazo médio de pagamento	-	161 dias

(a) Política contábil: Os fornecedores, contas a pagar a empreiteiro e obrigações a pagar de contratos de convênio são passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 15.3). A Companhia avalia se cessão dos títulos altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o credor original. Se a cessão altera substancialmente as características qualitativas e quantitativas do passivo financeiro original (Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros), a Companhia reconhece um novo passivo financeiro ("Empréstimos e financiamentos"), e reconhece eventual ganho/perda no resultado do exercício. Se o passivo original não foi substancialmente modificado e a contraparte recebedora do pagamento foi alterada, a Companhia reconhece um novo passivo financeiro ("Obrigações a pagar de contratos de convênio"). As cessões dos títulos que não alteram substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor são classificadas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional ou de investimento, a depender substancialmente da natureza do produto ou serviço adquirido. (b) Estimativas e julgamentos críticos: Para determinar se houve alteração substancial nas características qualitativas a Companhia avalia, principalmente, eventuais modificações nas garantias contratuais e/ou inclusão de cláusulas de default usualmente observadas em contratos de dívidas. No tocante as características quantitativas a Companhia avalia se houve modificação do prazo de pagamento superior a 3 (três) vezes o prazo usual negociado para fornecedores da mesma categoria e se houve alteração maior do que 10% no valor justo do passivo em relação às condições originais.

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos bancários	873.931	-
Empréstimos e financiamentos	873.931	-
(+) Instrumentos financeiros derivativos	102.946	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(13.136)	(942)
Dívida líquida	963.741	(942)

11.2. Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, principalmente denominadas em Real doméstico ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que nominalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

	2023	2022
Saldos dos contratos por moeda		
Denominados em US\$	537.887	-
Indexados a taxas fixas	537.887	-
Denominados em outras moedas		



16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados da seguinte forma:

	2023		2022	
	CA	VJORA	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	10.844	-	2.292	937
	10.844	-	2.292	937
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	74.506	-	-	351.418
Empréstimos e financiamentos	873.931	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	102.946	-	-
Outros passivos financeiros	79.739	-	-	1.969
	1.028.176	102.946	-	353.387

CA – Custo amortizado
VJORA - Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes
VJR – Valor justo por meio do resultado

16.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 15.6 – análise de sensibilidade. **16.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Nível 2	
	2023	2022
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	2.292	5
	2.292	5
Passivos financeiros		
Instrumentos financeiros derivativos	102.946	-
	102.946	-

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **16.4. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor

justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito são reconhecidas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

16.5. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos: A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio. Os principais instrumentos utilizados são *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge para desembolsos em Dólar:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo 2023
Swap US\$ pré vs R\$ pós			
Ativo	US\$ 111.949	2024	542.922
Passivo	R\$ 606.413		(608.216)
Exposição líquida			(65.294)
	Valor de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo 2023
Swap JPY pré vs R\$ pós			
Ativo	JPY 9.830.733	2024	338.135
Passivo	R\$ 373.248		(375.787)
Exposição líquida			(37.652)

16.6. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2023. - Cenário II:

Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição		Impacto	
				(Saldo/ Nacional)	Provável	Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do Dólar	4,8413	(9.505)	(9.612)	(1.441)	(2.885)
Swap Ponta Ativa em Dólar	(\$)	Dólar		9.253	9.358	1.404	2.807
Exposição Líquida				(252)	(254)	(37)	(78)
Dívida em Iene	Iene	Alta do Iene	0,0342	(2.012)	(2.067)	(310)	(619)
Swap Ponta Ativa em Iene	(JPY)	Iene		2.034	2.088	314	626
Exposição Líquida				22	21	4	7

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*: A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Índice	Risco	Taxa no exercício	Exposição		Impacto	
				(Saldo/ Nacional)	Provável	Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	13.004	1.278	(192)	(383)
Passivos financeiros							
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	11,65%	(984.003)	(125.698)	(18.855)	(37.709)

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desembolso de mútuo: Em 2 e 25 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu desembolsos de mútuo nos montantes de R\$40.762 e R\$30.542, respectivamente.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA	
Fabiano Uchoas Ribeiro Diretor de Operações	Luciana Maximino Maia Diretora de Contabilidade
CONTADOR	
Tiago Donatti Furigo CRC-SP-338760/O-6	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão de Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2024

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F”RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 08/02/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/08/EKTTMORRODOCHAPEU1574313308022024.pdf>
Hash: 17073349226adcaa081eb948c5bc2e8dab499a4a30